



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Processo : TC-4089.989.22-2

Entidade : Prefeitura Municipal de Álvares Machado

Assunto : Contas Anuais

Período

Examinado : 1º Semestre de 2022

Prefeito : Roger Fernandes Gasques

CPF nº : 350.139.648-14

Período : 01/01/2022 a 30/06/2022

Relatoria : Dr. Edgard Camargo Rodrigues

Instrução : UR-05 / DSF-I

Senhora Chefe Técnico da Fiscalização,

O presente relatório trata do acompanhamento periódico das Contas da Prefeitura Municipal em tela, selecionada pelo sistema *Águila* deste Tribunal de Contas, com base em critérios específicos previamente estabelecidos, para ser fiscalizada in loco, neste período, em conformidade com a Ordem de Serviço SDG nº 01/2022.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Roger Fernandes Gasques, responsável pelas contas em exame (Arquivo 01).

A partir do diagnóstico preliminar apresentado abaixo e das informações disponíveis nos Sistemas Informatizados desta Corte de Contas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos de análises de conformidade e de resultado operacional do período, destacando-se a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas por meio da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Relatórios de fiscalização ordenada;
6. Análise do planejamento orçamentário/financeiro (PPA, LDO e LOA) e do planejamento setorial (Planos Municipais);
7. Leitura analítica dos dois últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
8. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do E. Tribunal de Contas do Estado; e
9. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

PERSPECTIVA A: ASPECTOS PRELIMINARES DE INTERESSE

A.1. ÍNDICES E INDICADORES DA GESTÃO MUNICIPAL

Consignamos as informações preliminares sobre o Município que auxiliaram no planejamento da presente fiscalização.

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (25.07.2022)	25.078	2021
Densidade demográfica	IBGE (25.07.2022)	67,69	2010
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audesp	R\$ 89.013.244,52	2021
RCL	Sistema Audesp	R\$ 87.215.925,43	2021
Extensão territorial	IBGE (25.07.2022)	347,647 Km ²	2021
Atividade econômica predominante	Seade Municípios (25.07.2022)	Serviços (72,2%)	2019



O Município possui, ainda, a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C+	C+	C+
i-Planejamento	C	C+	C
i-Fiscal	B	B	B
i-Educ	C+	C+	C+
i-Saúde	B	B	C+
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	C	C	B+

Obs.: Índices dos exercícios em destaque após verificação/validação da Fiscalização.

A.2. HISTÓRICO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA GESTÃO MUNICIPAL

Demonstramos a síntese do apurado pela Fiscalização nos 2 (dois) últimos exercícios:

ITENS	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021
CONTROLE INTERNO	REGULAR	REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	3,39%	10,87%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	8,33%	4,90%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO	PREJUDICADO
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	PREJUDICADO	PREJUDICADO
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	48,41%	41,85%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da LRF?	SIM	PREJUDICADO
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM	PREJUDICADO
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	26,87%	25,34%
ENSINO 2021: Fundeb aplicado nos profissionais da educação básica (Limite mínimo de 70%)	66,30%	70,68%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	99,14%	93,65%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5% no que se refere a 2020, ou até 10% relativamente a 2021) foi aplicada até 31/03/2021 ou 30/04/2022, respectivamente?	SIM	SIM
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	23,26%	21,13%
Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	PARCIALMENTE	PARCIALMENTE



A Prefeitura analisada obteve, nos dois últimos exercícios apreciados, os seguintes Pareceres na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres	Principais itens que ensejaram o parecer desfavorável
2020	TC 003059.989.20-2 ¹	Favorável com recomendações e determinação	Prejudicado
2019	TC-004711.989.19 ²	Favorável com recomendações	Prejudicado

1. Transitado em julgado em 13/05/2022

2. Transitado em julgado em 26/03/2021

A.3. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

No período em exame, foi realizada a seguinte fiscalização ordenada:

Mês: Março/2022	Tema: Resíduos Sólidos
Fiscalização Ordenada nº	01/2022
TC e evento da juntada	TC-007116.989.22-9, eventos 12.1 e 12.2.
Irregularidades verificadas:	<ul style="list-style-type: none">• Resíduos sólidos fora dos containers e carcaças de veículos na área de transbordo;• Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;• A prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);• Não foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde;• A coleta de lixo doméstico no Município não obedece a um cronograma definido (dias, locais e horários pré estabelecidos);• Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo;• A coleta seletiva no Município não obedece a um cronograma definido (dias, locais e horários pré estabelecidos);• A água que abastece o Município não provém em sua totalidade de Estação de Tratamento de Água (ETA);• O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade com a Lei nº 11.445/2008, art. 8º, § 5º;• Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde);• A área de transbordo/triagem do Município não conta com licença de operação válida da CETESB;• Existe depósito de resíduos da Construção Civil a céu aberto (lixão);• Foi verificada presença de animais na área de triagem/transbordo; e• Não existe programação de coleta de resíduos de serviços de saúde.

As irregularidades verificadas serão objeto de verificação na próxima fiscalização, referente ao encerramento do exercício.

Cabe destacar ainda que em 04/08/2022, ou seja, antes do encerramento desse relatório, foi realizada também a seguinte fiscalização ordenada:

Mês: Agosto/2022	Tema: Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares
Fiscalização Ordenada nº	03/2022
TC e evento da juntada	TC-007116.989.22-9, evento 41
Irregularidades verificadas:	Não há AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada.

A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Informamos que a Controladoria Interna do Município de Álvares Machado, bem como a Função Gratificada de Controlador Interno¹, foram criadas por meio da Lei nº 2926, de 15/06/2016 (Arquivo 02)

Houve, entretanto, alteração da “função gratificada” para “função de confiança”, através da Lei Complementar nº 42/2022, de 12/05/2022 (Arquivo 03).

O responsável pela controladoria é o servidor Washington de Souza Leite, nomeado, a princípio, através da Portaria RH 336/2017, posteriormente através da Portaria nº 551/2022, quando da alteração ocorrida no tipo da função (Arquivo 04).

Verificamos que os relatórios são mensais, contendo análises e recomendações ao Chefe do Executivo Municipal², porém, constatamos carência de fiscalizações de natureza operacional, como verificação dos atendimentos às recomendações do Tribunal, verificação da formalidade, legalidade e execução de contratos e ajustes, fiscalização da prestação dos serviços públicos prestados pelas unidades escolares, saúde, transporte de alunos, merenda escolar, etc. (Arquivos 05 a 07).

¹ Artigo 3º

² Arquivo 08

Verificamos ainda, da análise dos relatórios, que o responsável não tratou ou, quando o fez, deixou de detalhar, assuntos importantes verificados pela fiscalização, tais como os mencionados nos seguintes itens deste relatório:

- ❖ B.1. Planejamento das Políticas Públicas (i-Plan/IEG-M);
- ❖ B.2. Execução das Políticas Públicas do Ensino (i-Educ/IEG-M);
- ❖ C.1.1. Despesa de Pessoal;
- ❖ C.1.2.1. Cargos em Comissão; e
- ❖ C.1.2.2. Escolaridade dos Cargos em Comissão.

Ressaltamos, assim, a importância do controle interno no aprimoramento da gestão mediante avaliação do desempenho das atividades administrativas do Executivo, no auxílio da identificação e avaliação de riscos, na definição de estratégias para melhorar o gerenciamento, no estabelecimento de controles internos adequados e na conferência da exatidão e fidelidade dos dados contábeis.

Pelo exposto, concluímos que o Sistema de Controle Interno não tem exercido suas atribuições nos termos dos artigos 31 e 74, §1º, da Constituição Federal.

PERSPECTIVA B: FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na fiscalização operacional realizada no período, observamos ocorrências dignas de nota nos itens abaixo descritos:

B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

Os Anexos do PPA e da LOA transmitidos ao Sistema Audesp, contêm os programas e ações planejados, bem como as metas e os indicadores estabelecidos. No entanto, o modo como são apresentados inviabiliza a mensuração da efetividade dos programas e ações propostos, não sendo possível verificar se as demandas da população estão sendo atendidas.



Nas tabelas a seguir, por amostragem, demonstramos como essas metas e indicadores são apresentados nos programas e ações:

B.1.1. PPA - Programas e Ações: UO - 7- Diretoria Municipal de Educação
(Arquivo 09).

Nome do Programa	Nome da Ação	Meta	Unidade de Medida	Qtde ano 2022	Qtde ano 2023	Qtde ano 2024	Qtde ano 2025
Gerenciamento Creche e Pre-Escola	Pessoal e Encargos Educação Infantil	Pessoal e Encargos Educação Infantil	und	0,00	0,00	100,00	100,00
Gerenciamento Creche Pre-Escola	Investimento Ensino Infantil	Investimento Ensino Infantil	und	0,00	0,00	20,00	20,00
Gerenciamento Creche e Pre-Escola	Manutenção Serviços Creche e Pre-Escola	Manutenção Serviços Creche e Pre-Escola	und	0,00	0,00	100,00	100,00
Gerenc.e Execução Transp.Alunos	Investimento Transporte Escolar	Investimento Transporte Escolar	und	5,00	0,00	5,00	5,00
Gerenc.e Execução Transp.Alunos	Manutenção Serviços Transp. Alunos	Manutenção Serviços Transp. Alunos	und	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerenciamento Ensino Especial	Investimento Ensino Especial	Investimento Ensino Especial	und	5,00	5,00	5,00	5,00
Gerenciamento Ensino Especial	Manutenção Ensino Especial	Manutenção Ensino Especial	und	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerenciamento Ensino Fundamental	Investimentos Ensino Fundamental	Investimentos Ensino Fundamental	und	2,00	2,00	2,00	2,00
Gerenciamento Ensino Fundamental	Manutenção Ensino Fundamental	Manutenção Ensino Fundamental	und	100,00	100,00	100,00	100,00

B.1.1.1. LOA - Programa: Gerenciamento de Creche e Pré-escola – Custo Total: R\$ 457.000,00 (Arquivo 10)

Indicador	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas Realizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	80,00
Funcionários e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	20,00
Subvenções Concedidas	und	0,00	4,00

B.1.1.2. LOA - Programa: Gerenciamento e Execução do Transporte de Alunos – Custo Total: R\$ 270.000,00 (Arquivo 10)

Indicador	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Alunos Transportados	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	20,00

B.1.1.3. LOA - Programa: Gerenciamento do Ensino Especial – Custo Total: R\$ 209.500,00 (Arquivo 10)

Indicador	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas Realizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	20,00
Subvenções Concedidas	und	0,00	4,00

B.1.1.5. LOA - Programa: Gerenciamento do Ensino Fundamental – Custo Total: R\$ 4.919.000,00 (Arquivo 10)

Indicador	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas Realizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	20,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	8,00

O uso de indicadores nas políticas públicas é tradicionalmente vinculado às etapas de monitoramento e avaliação dos programas.

A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável (quantitativamente) ou descritível (qualitativamente), um ou mais aspectos da realidade dada (situação social) ou construída (ação), de maneira a tornar operacional o seu acompanhamento.

O monitoramento é o acompanhamento contínuo da execução físico-financeira do PPA. Já a avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos programas, fornecendo subsídios que baseiam a tomada de decisão e eventuais ajustes que sejam necessários.

Da forma como esses indicadores e metas são apresentados na origem, conforme demonstrado nos quadros supra, não trazem informações claras, suficientes e mensuráveis para acompanhamento das prioridades da administração pública dentro dos programas, principalmente o indicador “Ações

Administrativas Realizadas”, existente em praticamente todos os programas com a mesma unidade de medida estabelecida (“und”) e os mesmos índices (recente 0,00 e futuro 100,00).

Ressaltamos que o índice recente deve definir a situação atual e o índice futuro deve definir o resultado que se deseja atingir com a conclusão do programa.

O planejamento e a mensuração das políticas públicas dependem do uso adequado de metas e/ou indicadores, os quais devem ser objeto de estudos no momento oportuno de sua fixação nas peças de planejamento orçamentário.

Assim, não foi possível atestar a eficiência do diagnóstico e a adequação finalística dos programas previstos no PPA do Município.

Da mesma forma, tornou-se inviável atestar a adequação do sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 50, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

B.2. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)

Verificamos a aquisição, no exercício de 2022, de brinquedos para parque infantil, no montante de R\$ 105.990,00 destinados às unidades escolares do município. Contrato 39/2022, datado de 07/04/2022, juntado no Arquivo 11.

Em visita à unidade escolar EMEI Antônio Joaquim Alexandre, verificamos que nem todos os brinquedos a ela destinados haviam sido entregues.

Consultando a Diretoria de Educação do Município, fomos informados que, até aquela data, não haviam sido entregues ainda os seguintes itens: 01 unidade de “Gira-gira cadeira de 6 lugares” e 05 “Centopéias” coloridas, destinadas a várias escolas do município, no montante de R\$ 14.220,00.

Destacamos, entretanto, que apesar da não entrega total, foi empenhado e pago o valor integral do contrato, tendo o pagamento ocorrido em 26/04/2022 (Arquivo 12).

A matéria será objeto de verificação quando da fiscalização de encerramento do exercício.

Frisamos também, que nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB (Arquivo 13).

B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem no Painel de Obras Atrasadas e Paralisadas deste Tribunal de Contas³, consta uma obra de ampliação do Centro de Triagem - Coleta Seletiva Compensação Ambiental, paralisada desde 2017. A este respeito a Prefeitura Municipal informou que a obra se encontra parcialmente concluída, aguardando apenas a aprovação, por parte da Caixa Econômica Federal, do Projeto de Prevenção de Incêndio, para posteriormente ser licitado e executado, e com isso seja dado andamento e a conclusão da obra.

O assunto será objeto de acompanhamento na próxima fiscalização, referente ao fechamento do exercício de 2022.

Documentos no Arquivo 14.

PERSPECTIVA C: GESTÃO FISCAL DO PERÍODO

C.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, informamos que não foram identificadas, neste momento, ocorrências dignas de notas, a par dos alertas já emitidos automaticamente pelo Sistema Audesp.

C.1.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme apontado nos relatórios de contas anuais dos exercícios anteriores, a Prefeitura, mediante contrato com o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, realiza a contratação de médicos que atuam nas UBS e ESF do município, além de diversos profissionais, tais como: assistente social, dentista, fisioterapeuta, nutricionista e farmacêutica (Arquivos 15 a 19).

3

https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero

As despesas decorrentes destas contratações estão sendo contabilizadas como “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” (elemento 33903900), porém, em razão de caracterizarem substituição de mão de obra, deveriam ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”, nos termos do artigo 18, § 1º, da LRF.

A fiscalização tem feito as inclusões dessas despesas no cálculo da despesa de pessoal do município, nos termos do art. 18, §1º da LRF. Tais inclusões vêm sendo canceladas nos pareceres das contas, com a seguinte determinação nas contas do exercício de 2018 (TC-004370.989.18-8):

“Também, determino que o Executivo passe a contabilizar todas as despesas com terceirização de atividade fim nos cálculos das despesas com pessoal, conforme disciplinado no artigo 18, § 1º da LRF.”

Assim, registramos que os valores despendidos com estas despesas serão verificados e analisada a sua inclusão na despesa de pessoal, quando do fechamento do exercício.

C.1.2. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

C.1.2.1. CARGOS EM COMISSÃO

Já se consignou nos relatórios das fiscalizações anteriores, exercícios de 2019 (TC-004711.989.19-4), de 2020 (TC-003059.989.20-2), bem como de 2021 (TC-007042.989.20-2), a existência de cargos comissionados que não se revestiam das características de Direção, Chefia e/ou Assessoramento, constante do art. 37, V, da Constituição Federal.

As atribuições dos cargos comissionados, no município, foram estabelecidas pelos Decretos 1998/05 e 2069/06, e Lei 2612/09 (Arquivos 20 a 22).

Na defesa das contas de 2020 (TC-003059.989.20-2) a Origem alegou que regularizou a situação através da edição da Lei Complementar 28/2021 (Arquivo 24). No entanto, esta lei dispõe somente sobre a alteração de alguns cargos em comissão, dessa forma, nota-se que não houve regularização da situação noticiada.

Ainda, conforme declaração juntada no Arquivo 25, não houve novas leis a respeito no primeiro semestre de 2022.

Quadro de Pessoal juntado no Arquivo 26.

Vale ressaltar a existência de recomendações a respeito nas contas dos 2018 (TC-004370.989.18-8), 2019 (TC-004711.989.19-4), bem como no exercício de 2020 (TC-003059.989.20-2).

A matéria continuará sendo objeto de acompanhamento pela fiscalização.

C.1.2.2. ESCOLARIDADE DOS CARGOS EM COMISSÃO

Conforme relação fornecida pela origem (Arquivo 23), que especifica a formação daqueles que ocuparam cargos comissionados em 2021, verificamos a existência de contratados com formação incompatível para o provimento dos cargos, desatendendo, assim, ao Comunicado SDG nº 32/2015, Item 8⁴, que exige nível universitário para os cargos em comissão de Direção e Assessoria e nível técnico-profissional para cargos em comissão de Chefia.

Verificamos que com relação à legislação municipal que trata dos cargos em comissão, juntada nos Arquivos 20 a 22 e 24, somente a Lei 28/2001 (Arquivo 24) contém previsão quanto ao nível de escolaridade exigido, e apenas para os seguintes cargos: Dirigente de Controle e Manutenção da Frota, Dirigente de Vigilância Sanitária, Assessor de Comunicação Social e Coordenador de Atenção Básica.

Declaração da origem no Arquivo 25 informando que não houve, no primeiro semestre de 2022, alterações nas leis dos cargos em comissão.

PERSPECTIVA D: APLICAÇÃO NO ENSINO E NA SAÚDE

No âmbito de nossa amostragem, informamos que não foram identificadas, neste momento, ocorrências dignas de notas, relativas à aplicação mínima constitucional e legal no ensino e na saúde.

⁴ 8. as leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de **Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário**, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.5. Fiscalização da Atuação do Controle Interno

- ❖ carência de fiscalizações de natureza operacional, como verificação dos atendimentos às recomendações do Tribunal, verificação da formalidade, legalidade e execução de contratos e ajustes, fiscalização da prestação dos serviços públicos prestados pelas unidades escolares, saúde, transporte de alunos, merenda escolar, etc;
- ❖ O responsável não tratou ou, quando o fez, deixou de detalhar, assuntos importantes verificados pela fiscalização e tratados neste relatório;
- ❖ Não tem exercido suas atribuições nos termos dos artigos 31 e 74, §1º, da Constituição Federal.

B.1. Planejamento das Políticas Públicas (i-Plan/IEG-M)

- ❖ Deficiência no Município em relação ao planejamento dos programas e ações previstos nas peças de planejamento PPA e LOA, tendo em vista as metas/indicadores utilizadas pela Prefeitura não trazerem informações claras, suficientes e mensuráveis sobre o que o município pretende atingir e quais as prioridades da administração pública.

B.2. Execução das Políticas Públicas do Ensino (i-Educ/IEG-M)

- ❖ Falta de entrega de brinquedos destinados às escolas, tendo sido já pago o valor integral do contrato;
- ❖ Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);

C.1.1. Despesa de Pessoal

- ❖ Despesas com contratação de empresas para prestação de serviços médicos, sendo contabilizadas como “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (elemento 33903900), porém, em razão de caracterizarem substituição de mão de obra, deveriam ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”, nos termos do artigo 18, § 1º, da LRF.

C.1.2. Demais Aspectos Sobre Recursos Humanos

- ❖ Cargos em comissão do Quadro de Pessoal que não possuem características exigidas no Art. 37, V, da CF/1988.
- ❖ Cargos comissionados com formação incompatível para o seu provimento, desatendendo ao Comunicado SDG nº 32/2015, item 8, e jurisprudência dessa Corte de Contas; falta de previsão do nível de escolaridade na legislação municipal.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-5, 23 de agosto de 2022.

Marlene Knasel Vorpapel
Agente da Fiscalização